

TEXTO 1

Quase dois anos depois da reforma trabalhista o Brasil ainda enfrenta um grande entrave no mercado de trabalho. É a informalidade, que registrou alta nos últimos quatro anos e tem impacto na produtividade do país, o que fica claro, por exemplo, ao se constatar que empresas formais têm produtividade média quatro vezes superior à das informais”, explica Fernando Veloso, economista e pesquisador da área de Economia Aplicada da FGV IBRE.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2018 do IBGE, o contingente de brasileiros com trabalho informal chegou a 37,3 milhões de pessoas, ou 40,8% da população com algum tipo de ocupação. Com uma série de encargos sociais incidindo sobre a contratação, não é incomum que as empresas optem por utilizar mão de obra sem registro. “O recolhimento de inúmeras contribuições, nem sempre revertidas em benefícios ao colaborador, cria praticamente uma tributação sobre a folha de pagamento. Isso gera um efeito que incentiva a informalidade, tanto da parte da firma quanto do trabalhador”, analisa Veloso.

(“Como a informalidade afeta a produtividade e a economia?”. <https://g1.globo.com>, 28.08.2019. Adaptado.)

TEXTO 2

A entrada de trabalhadores no mercado informal ajudou a reduzir o desemprego e colocou um número recorde de pessoas na força de trabalho. Mas esse fenômeno, que à primeira vista pode indicar uma reação da economia, não se traduziu em melhora na produtividade. Para especialistas, é mais um sintoma da fraqueza da atividade econômica e de sua lenta recuperação, refletidos no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

O professor da faculdade de economia da USP, Hélio Zylberstajn, observa que é evidente que para um desempregado é melhor conseguir uma ocupação informal do que nada, mas a informalidade é uma coisa muito ruim, visto que, por exemplo, o rendimento médio de um trabalhador sem carteira assinada pode ser quase 40% menor que o de um registrado, segundo o IBGE.

(Taís Laporta e Marta Cavallini. “Desemprego cai, mas aumento do trabalho informal dificulta retomada da economia”. <https://g1.globo.com>, 31.08.2018. Adaptado.)

TEXTO 3

O Brasil registrou em 2018 recorde de trabalhadores sem carteira assinada, e a informalidade atingiu o maior nível desde 2012, quando o IBGE começou a fazer sua atual pesquisa. O trabalho por conta própria, por exemplo, garantiu o sustento de praticamente um em cada quatro brasileiros (25,4%).

Segundo o IBGE, o desemprego fechou 2018 em queda, algo que não acontecia havia três anos. A taxa média de desocupação foi de 12,3%, contra 12,7% em 2017. Em 2018, 12,8 milhões de brasileiros estavam sem emprego, menos que os 13,2 milhões de 2017. “Desde o segundo trimestre de 2018, percebeu-se uma queda significativa da desocupação, o que seria uma notícia excelente não fosse o fato de ela vir acompanhada por informalidade. Ou seja, em termos de qualidade, há uma falha nesse processo de recuperação”, declarou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Segundo ele, a informalidade vem acompanhada por uma série de fatores desfavoráveis, como a falta de estabilidade, o rendimento baixo e a falta da segurança previdenciária.

(“Informalidade bate recorde, e 1 a cada 4 pessoas trabalha por conta própria”. <https://economia.uol.com.br>, 31.01.2019. Adaptado.)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

Informalidade no mercado de trabalho: entre a necessidade de uma ocupação e os prejuízos para a economia

Modelo 1 - A contraposição de uma luta

Com a Revolução Industrial, criou-se o trabalho assalariado, devido à criação de indústrias e o aumento da mão de obra operária. Nas primeiras épocas desse trabalho, a sua organização era precária, com longas jornadas de trabalho, violências e um baixo salário, sendo dessa classe tanto crianças como homens e mulheres. Dessa forma, as leis trabalhistas foram criadas em busca de proteção e auxílio a esses indivíduos. No entanto, hodiernamente, uma parcela desse trabalho tem voltado nas características do início da sua criação, dado que não tem garantia de leis. Chamado de informal, ele ganhou seguidores com a crise econômica vivenciada no Brasil, fazendo-se necessário cessar com essa informalidade, visto que ela contrapõe a luta de uma classe para alcançar seus direitos.

Em primeiro viés, as leis trabalhistas no Brasil foram criadas em primeiro de maio de 1943 por Getúlio Vargas, através da carteira assinada (CLT), que garantia aos trabalhadores férias remunerada, proteção, direito à maternidade, salário fixo, entre outras. Nos anos 2010, com a crise econômica, junto com o aumento da terceirização, ou seja, a delegação de atividades a terceiros (empresas), as propostas de uma Reforma trabalhista e atualização nas leis aumentaram. Essa mudança, portanto, prevaleceria apenas a classe dominante. Porém, esses fatores ocasionaram o aumento do desemprego. Com isso, as pessoas começaram a recorrer ao trabalho informal. São exemplos desse trabalho os vendedores ambulantes, camelôs, feirantes, lavadores de carro, pedreiros, encanadores, eletricitas, entre outros. Como consequência, essas pessoas não têm um salário fixo nem direitos como trabalhadores formais.

Em consequência dessa crise e do aumento do trabalho informal, a estrutura social e econômica do país foi desestabilizada, tendo um aumento ainda maior na desigualdade social. José Serra, um dos políticos brasileiros, disse que “o salário mínimo só poderá ter aumento significativo quando reduzirmos a informalidade no mercado de trabalho”. Nessa perspectiva, os trabalhadores informais independem do Estado, visto que não precisam pagar taxas e impostos nem são influenciados pelo aumento ou abaixo do salário mínimo, podendo movimentar uma parte da economia das cidades. Destarte, torna-se evidente que, como consequência da crise econômica, o trabalho informal aumentou, retirando o direito das leis trabalhistas de quem o pratica.

Dessa maneira, o Governo Federal deve legalizar esse trabalho, dando amparo e proteção e criando ambientes públicos próprios para exercer esse tipo de atividade com qualidade, estabilidade e reconhecimento do resto da população. Ademais, o próprio deve procurar estabilizar a economia do país, aumentando a taxa de emprego. Assim, a CLT criada por Getúlio Vargas continuará trazendo benefícios para os trabalhadores e a frase de José Serra será compreendida com a formalidade desse trabalho.

Modelo 2 - A Informalidade Profissional em Tempos de Recessão

O Brasil, desde há alguns anos, vem sendo acometido por uma crise econômica, a qual ocasionou não só o aumento do desemprego, como também o fechamento de milhares de postos de trabalho. Diante dessa calamidade, existem pessoas que optam pelo trabalho informal como forma de superar a estagnação financeira. Porquanto, à medida que o emprego não regulamentado cresce, surgem as indagações acerca da rentabilidade desse tipo de serviço em consonância com a execução dos direitos do trabalhador sujeito a ele.

Sabe-se que um emprego sem carteira assinada pode ser uma escolha lucrativa tanto para o empregador quanto para o empregado, haja vista que esse ofício não possui normas constituídas, nem cláusulas contratuais, de sorte que os custos para subsidiar os serviços são notoriamente reduzidos. Por conseguinte, o trabalhador pode atuar na maioria das áreas profissionais, exercendo qualquer jornada de trabalho e usufruindo de um salário isento de tributos.

Contudo, o cidadão que se submete a esse ofício tem grande parte de suas prerrogativas trabalhistas temporariamente revogadas, uma vez que perde o acesso aos benefícios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), décimo terceiro salário, abono de férias, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e assistência médica, que garantiriam sua integridade profissional. Dessa forma, o trabalhador torna-se mais vulnerável a imprevistos, sem respaldo legislativo.

Em virtude do que foi mencionado, pode-se afirmar que, através da crise econômica, o trabalho informal cresceu em solo brasileiro, visto que diversas pessoas passaram a buscar formas de renda alternativas, no entanto o serviço desregulamentado é desprovido de direitos e benefícios, fato que oferece perigo à sanidade financeira e profissional dos cidadãos. Para contornar o acréscimo percentual do trabalho informal, seriam indispensáveis medidas para aliviar a recessão econômica, como a redução dos impostos sobre a relação empregado e empregador, o que flexibilizaria o ofício, culminando em aberturas de postos de trabalho.